

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.466 - SP (2019/0225295-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE SANTOS - SJ/SP**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**INTERES.** : **CONS REGIONAL DOS REPRES COM DO ESTADO DE STA CATARINA**  
**ADVOGADO** : **EDUARDO ROBERTO VIEIRA - SC018009**  
**INTERES.** : **CLAUDIA CECILIA DIAS D AVILA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito de competência suscitado pelo Juízo Federal da 7ª Vara de Santos/SP e o Juízo Federal da 9ª Vara da Seção Judiciária de Santa Catarina, nos autos da Execução Fiscal 0002855-26.2015.403.6104, ajuizada pelo Conselho Regional dos Representantes Comerciais/SC em desfavor de Cláudia Cecília Dias D'Ávila.

Constatada a instrução deficiente, notadamente a cópia da decisão do juízo suscitado, determinei a juntada pelo suscitante desse elemento, mediante a expedição de ofício (e-STJ fl. 54), reiterado à e-STJ fls. 58/59.

Certidão de e-STJ fl. 60, noticiando o não atendimento à diligência ordenada.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 34, XXII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o relator poderá "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Dito isso, tem-se que, nos termos do art. 66, I, do CPC/2015, haverá conflito de competência quando dois ou mais juízes se declararem competentes ou incompetentes para o processamento e julgamento de determinado feito. A propósito, confira-se o dispositivo legal:

Art. 66. Há conflito de competência quando:

I - 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes;

II - 2 (dois) ou mais juízes se consideram incompetentes, atribuindo um ao outro a competência;

III - entre 2 (dois) ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

Parágrafo único. O juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito, salvo se a atribuir a outro juízo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse contexto, embora tenha sido determinada ao Juízo suscitante a juntada da documentação necessária para a instrução do feito (e-STJ fls. 54 e 58/59), verifica-se que não houve a colação aos autos da cópia do *decisum* proferido pelo suposto Juízo suscitado.

Diante disso, não existe conflito de competência a ser dirimido por esta Corte, tendo em vista a ausência de manifestação do Juízo suscitado.

Assim sendo, NÃO CONHEÇO do conflito de competência.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator